



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS



CENÁRIO DE BOA CONJUNTURA PARA O MILHO E A SOJA

A ASSOCIAÇÃO Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC) projeta um ano estável para os embarques de soja e milho. Os ciclos de produção dessas culturas são desenvolvidos numa única safra, que, agora, vai de julho de 2020 a junho de 2021. Em condições normais, a quantidade deverá ficar próxima dos números apurados no exercício de 2020. A princípio, não há razões especiais para aguardar mudanças muito distintas, mesmo com a persistência da pandemia do novo coronavírus e das suas variantes.

É interessante salientar a tendência firme e estruturada de crescimento nas exportações desses dois produtos desde 2010, com exceção de 2014 e 2016, quando houve problemas climáticos. A combinação entre o plantio de soja precoce – com ciclo vegetativo de plantio, desenvolvimento e maturação em tempo mais curto – seguido do de milho e a chegada das variedades transgênicas mostrou ótimos resultados sob as condições tropicais brasileiras de clima e solo.

As conjunturas de oferta e demanda dos mercados dessa dobradinha de produtos mostram situações bem favoráveis em

termos das suas comercializações externas. A forte demanda chinesa por esses grãos, principalmente depois do surto de peste suína africana em agosto de 2019, foi um fator de peso relevante. As criações da suinocultura chinesa perdem o caráter de fundo de quintal e ganham dimensão na escala de produção, com melhoramento na genética, na nutrição e na sanidade. Essa mudança veio para ficar num país que representa mais da metade da produção mundial desse animal.

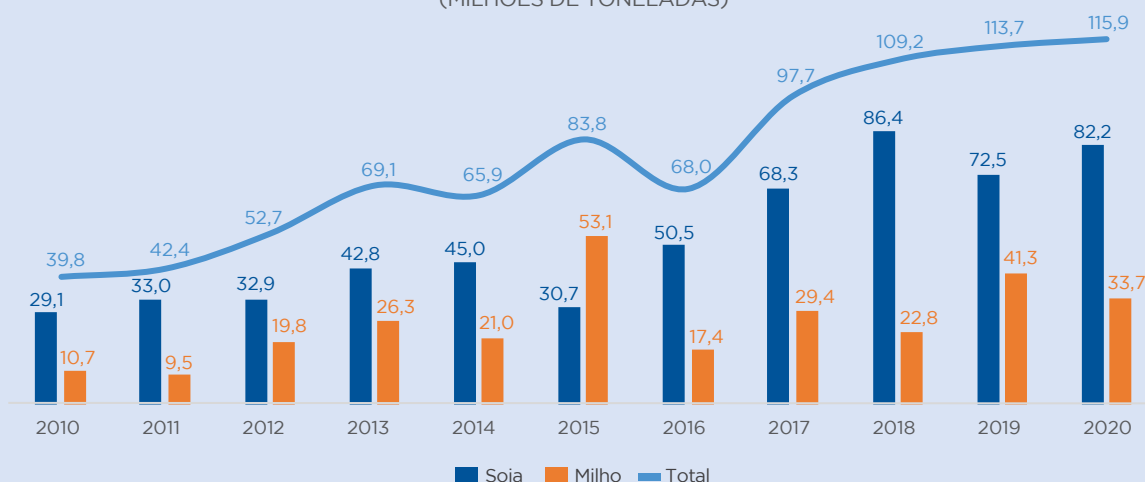
Para exportar ao mercado internacional, em relação à produção, o Brasil gera, a cada safra, fartos excedentes de soja e milho, acima, respectivamente, de 65% e 50%. Quanto ao primeiro cereal, o País é o primeiro no *ranking* mundial de produção, tendo potencial para crescer mais em área. Quanto ao segundo, a expectativa aumenta tanto na variável de área, como na de maior produtividade, para aumentar o volume de colheita. Assim como no ano passado, a taxa de câmbio do real frente ao dólar favorece as entregas aos países importadores neste ano.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE SOJA E MILHO
(MILHÕES DE TONELADAS)

PORTOS	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Santos	21,3	27,9	22,2	30,5	33,0	35,0	35,5
Rio Grande	9,2	11,9	8,2	11,7	13,6	13,4	9,8
Paranaguá	11,5	12,2	12,0	16,1	16,4	16,9	16,8
São Francisco do Sul	6,8	7,2	4,9	6,5	9,5	11,1	12,0
Vitória	5,6	6,0	4,7	5,1	6,0	5,7	6,5
Imbituba	0,5	0,6	1,2	3,2	1,0	1,6	1,4
Arco Norte*	10,9	17,9	14,8	24,6	29,8	30,0	33,6
TOTAL	65,9	83,8	68,0	97,7	109,2	113,7	115,6

*Itaqui (MA), Barcarena (PA), Aratu/Cotegipe (BA), Santarém (PA), Itacoatiara (AM) e Barra dos Coqueiros (SE)
Fonte: ANEC

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE SOJA E MILHO
(MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: ANEC

MANTER A MISSÃO DA ENTIDADE E DOS ASSOCIADOS



SÉRGIO MENDES
DIRETOR-GERAL DA ANEC

Mesmo com os contratempos da pandemia, o agronegócio brasileiro se mostrou um dos grandes motores da economia em 2020. Reafirmamos a sua credibilidade, competitividade e sustentabilidade junto ao mercado internacional. Nesse ano, em que a ANEC completou 55 anos, a união da cadeia produtiva, dos exportadores e de todos os atores das cadeias de soja (farelo de soja) e de milho deu continuidade aos processos e gerou um importante volume de embarques.

Do ponto de vista social, a entidade implementou ações em prol do bem-estar e da segurança dos trabalhadores que operam no Complexo Portuário de Santos (SP), que se mantiveram ativos durante os riscos da pandemia, com a doação

de 8 toneladas de álcool em gel destinada aos operadores portuários locais.

Outra ação marcante foi a adaptação do tradicional jantar da ANEC ao formato online. O evento teve a participação de convidados ilustres, como o vice-presidente da República, General Hamilton Mourão, o diretor do Departamento de Promoção do Agronegócio do Ministério de Relações Exteriores (MRE), Alexandre Peña Ghislani, e o embaixador da China, Yang Wanming.

A nossa equipe técnica foi importante nas atualizações dos Contratos ANEC. Isso deu segurança e agilidade para as operações de exportação e de *trading* do setor ocorrerem de forma fluida. Em 2019 e 2020, tivemos trabalhos focados

na revisão e na conclusão da nova versão facilitadora do processo. Promovemos uma série de *workshops* em formato online com a participação de representantes dos exportadores.

Ainda em 2020, amplamente divulgados, disponibilizamos à imprensa relatórios semanais com estatísticas de embarques de soja, milho, farelo de soja e algodão.

Tudo isso foi temperado por um Conselho Diretor comandado pelo nosso presidente, Luciano Menezes de Souza,

tendo prevalecido sempre o equilíbrio, a capacidade de ouvir e, por isso mesmo, o acerto nas decisões.

Para 2021, reforçaremos o papel da ANEC como interlocutora na defesa dos interesses dos exportadores de cereais e da cadeia produtiva para a prosperidade dos negócios e o desenvolvimento do País. A expectativa é manter o cenário positivo de 2020, quando fomos levados ao extremo das nossas convicções e, enfim, quando a missão da entidade e dos seus associados foi cumprida!

DEPOIS DA TRÉGUA, A BATALHA RECOMEÇA

FREDERICO FAVACHO

ASSESSOR JURÍDICO DA ANEC E SÓCIO DA MATTOS ENGELBERG ECHENIQUE ADVOGADOS

A imprensa noticia a articulação dos caminhoneiros autônomos para uma nova greve geral. A pauta de reivindicações centra-se nas reclamações contra a política de preços de combustíveis, o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar) para incentivar a navegação na costa brasileira e a velha pauta do piso mínimo do frete.

Junto aos exportadores, o setor de transporte rodoviário de cargas enfrentou a pandemia e garantiu a distribuição da produção do agronegócio brasileiro, de modo a garantir o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020. Mas há uma justa preocupação dos caminhoneiros autônomos, pois os custos variáveis, principalmente com o ônus do diesel, correspondem a quase dois terços na formação do preço do frete.

Desde que assumiu a administração da Petrobras em 2019, a atual Diretoria parou de praticar os reajustes diários nos preços dos combustíveis, o estopim da greve de 2018. Em 2020, a queda no reajuste acumulado no preço do óleo diesel nas distribuidoras foi de 13,2%, o que sinalizaria um combustível mais barato para os caminhoneiros. No entanto, a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) protocolou, na primeira semana do ano, um ofício

no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) com a alegação de que os preços dos combustíveis estão sendo controlados pela empresa.

O governo federal, por sua vez, manda mensagens ambíguas e contraditórias ao mercado em termos de sinais pela intervenção ou não nos preços dos combustíveis. Os caminhoneiros, certamente, forçarão no sentido da intervenção.

Já o programa BR do Mar consubstancia o Projeto de Lei (PL) nº 4.199/20, encaminhado pelo presidente da República ao Congresso Nacional em 13 de agosto último. A medida busca implementar a Política de Estímulo à Cabotagem na matriz logística brasileira, uma alternativa ao modal rodoviário que preocupa os caminhoneiros. No entanto, para a economia brasileira, seria um retrocesso qualquer resistência à sua aprovação.

Por último, na questão do tabelamento do frete, a pretensão é repassar para os embarcadores, especialmente os exportadores de grãos, os custos inerentes às ineficiências do modal rodoviário de transporte de cargas. Essa discussão não é nova e voltará à pauta a cada nova manifestação dos caminhoneiros.

SALTO TECNOLÓGICO NAS OPERAÇÕES COMERCIAIS

MARCOS AMORIM

PRÉSIDENTE DO COMITÉ DE CONTRATOS EXTERNOS DA ANEC

Além da adaptação ao trabalho remoto, ao distanciamento e ao revezamento de equipes, o setor de grãos exportou volumes recordes, com uma concentração atípica dos embarques nos meses de março a julho.

O comércio de grãos envolve documentos em papel, como o contrato das negociações e as faturas comerciais. Conhecimentos de Embarque e Certificados de Origem e Qualidade emitidos nos portos de embarque são enviados

para escritórios de bancos nos países de destino da Europa e da Ásia. Algumas vezes, tais documentos passam por Consulados e Câmaras de Comércio.

Com a pandemia, como concluir a operação burocrática, por exemplo, entre os Portos de Itacoatiara e Cingapura, país cujos voos haviam sido, em grande parte, cancelados? Mas o desafio foi encarado com profissionalismo pelos times das *tradings* e das exportadoras.

Essa situação trouxe algo de positivo: a aceleração do processo de digitalização. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tomou a dianteira e negociou com os países de destino a aceitação da cópia eletrônica dos Certificados Fitossanitários (e-Phyto), autenticada online por meio de um QR *code*. Junto à assinatura eletrônica de contratos, o procedimento teve uma rápida adoção.

Há, ainda, um longo caminho a ser percorrido. Falta consolidar e integrar todo o processo para torná-lo digitalizado de ponta a ponta, com todos os entes da cadeia, como armadores, agentes marítimos, companhias supervisoras, Câmaras de Comércio etc.

As *tradings* agrícolas lançaram o projeto Covantis, que usará tecnologias como *blockchain*, inteligência artificial e outras soluções para modernizar as operações. Entre afretadores, *tradings*, exportadores, corretoras e prestadores de serviço, a comunicação por e-mail e o histórico de trocas serão automatizados por um sistema online.

Tanto a equipe da Covantis como as das empresas mostraram flexibilidade para o sistema começar agora, neste ano. Apesar das complicações trazidas, 2020 deu início a um novo ciclo para a execução do comércio internacional de grãos.

EXIGÊNCIAS DE QUALIDADE NAS EXPORTAÇÕES

CHANTAL BAEUMLE GABARDO

RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE QUALIDADE E BIOTECNOLOGIA DA ANEC

Com a pandemia do novo coronavírus, vários setores exportadores enfrentaram novas exigências sanitárias impostas pelos países importadores. Isso levou à necessidade de análises laboratoriais, preenchimento de declarações e rodadas de negociação.

Os contratos de exportação padronizados da ANEC, utilizados na quase totalidade das vendas, definem os requisitos mínimos de qualidade dos produtos negociados. Os procedimentos seguem padrões estabelecidos nas normativas exclusivas de cada produto. Já cada país comprador especifica a comprovação da ausência de contaminantes biológicos, pragas quarentenárias, resíduos de pesticidas, eventos de biotecnologia e, até mesmo, desmatamento.

As novas exigências dos países compradores devem ser notificadas à Organização Mundial do Comércio (OMC), enquanto cabe aos países exportadores elaborarem as respostas por meio de sua representação diplomática.

As condições de produção e de logística de cada país, somadas às preocupações com a segurança alimentar, podem levar à criação de barreiras não tarifárias. Esse é o caso, por exemplo, da salmonela, que pode causar distúrbios aos animais e aos humanos. O seu grau de patogenicidade varia conforme o hospedeiro e as condições ambientais.

Durante os processos de produção e de fabricação dos produtos, são cumpridos os protocolos de boas práticas, com

certificações e monitoramento constantes. Como, nos grãos, o Brasil é um vendedor *free on board* (FOB), as obrigações do comprador iniciam-se no momento de embarque. Por isso, a imposição de barreira a uma carga contaminada depois de exportada é um impeditivo para a comercialização.

As exigências negociadas devem considerar o risco existente entre a aplicação de métodos de mitigação e a eliminação do contaminante, com a possibilidade de o exportador controlar todo o processo. Assim, os acordos bilaterais entre países ajudam a regular uma parte das exigências estabelecidas, além das condições comerciais negociadas.

Com pesquisa, assistência técnica e tecnologia aplicada, o setor exportador já se provou capaz de levar ao mundo a pujança do agronegócio brasileiro, com a adaptabilidade às garantias exigidas pelos mais rigorosos destinos. ■